

O professor e o processo de alfabetização

Luciana Kubaski, Mirian Margarete Pereira Cruz, Vera Lucia Martiniak
UEPG

lucianakubaski@hotmail.com

Resumo: O presente texto pretende discutir a importância do professor no processo de alfabetização. Para isso realizou-se uma pesquisa bibliográfica, resgatando historicamente o papel do professor ao longo das teorias que influenciaram a educação. A figura do professor é essencial para que o ensino aconteça, pois se alguém quer aprender precisa de outro disposto a ensinar. O professor precisa ter domínio teórico do processo de alfabetização, é a sua competência técnica, mas somente isto não lhe basta, é no dia a dia da escola, nas mediações que proporciona aos alunos que será possível garantir que os alunos aprendam. Apesar de todo o avanço tecnológico e até mesmo da importância questionável que se faz da escola, o professor é essencial no processo de ensino, e a escola continua sendo um dos principais espaços de saber sistematizado.

Palavras-chave: alfabetização, professor, teorias pedagógicas.

Introdução

O professor, é sem dúvidas, um dos principais agentes no processo de alfabetização, pois na escola, ele inicia a sistematização do conhecimento. Os alunos, independentemente da idade, trazem conhecimentos de sua vivência, adquiridos da convivência familiar, do contato com a mídia e da socialização em diferentes espaços. O avanço da tecnologia e a maior acessibilidade nos dias de hoje, vem mostrando que os alunos aprendem em diferentes espaços.

Mas a escola não foi substituída por esses espaços, ela ainda mantém na atualidade seu papel central de difusão do conhecimento, já que é uma instituição que tem uma finalidade, tem seus objetivos traçados, tem suas normas, sua organização e um espaço físico. A escola é também espaço de socialização dos alunos, em que eles podem ter relações diferentes das mantidas na família, portanto, passar pela escola é uma etapa importante no desenvolvimento da criança. Deve ser o lugar onde além de aprender conteúdos, ela saiba conviver, construa relações e tenha prazer em frequentar, pois deve ser um espaço de pessoas felizes, antes de tudo, pensando que o aluno fica no mínimo quatro horas, é necessário que as práticas despertem a satisfação e o ânimo em buscar em conhecimento.

Para isso muitos fatores são necessários, como uma estrutura física adequada, profissionais habilitados e contratados em número suficiente, pais que incentivem seus filhos a frequentar a escola, políticas públicas que sejam favoráveis ao desenvolvimento da criança, manutenção financeira adequada, um clima que propicie o crescimento dos alunos, entre tantos outros fatores, que são discutidos quando se fala em qualidade (e dentro desta há inúmeras concepções). Mas o professor, que é o profissional que mais tem contato direto com

aluno, por meio de sua atuação exerce uma atividade de extrema importância e a forma como a instituição e o próprio professor compreendem seu papel, pode interferir em sua prática do dia a dia.

Metodologia

Para apresentar o que se espera do professor alfabetizador nos dias de hoje, fez-se um breve resgate das tendências pedagógicas que influenciaram o pensamento educacional brasileiro ao longo do século XX, para então destacar o papel do professor nos dias atuais, bem como os desafios propostos a este profissional. O texto configura-se como uma pesquisa qualitativa de caráter bibliográfico. O interesse pela temática deve-se as contradições percebidas no trabalho do professor, que ao mesmo tempo em que é desvalorizado pela sociedade (questão salarial, precárias condições de trabalho...) tem papel importante no ensino, pois é o profissional habilitado e qualificado para esta tarefa, ainda não se criou nenhum mecanismo que substitua a interferência do ser humano no processo de ensino.

Resultados e discussões

A escola é um espaço de criar muitas relações, entre elas a relação entre professor e aluno, chamada por Saint-Onge (2001) de relação pedagógica, em que uma pessoa guia a outra na aquisição do conhecimento. E a partir dessa relação se organizam as tarefas do professor que constituem a ação de ensinar, como planejar, mediar a aprendizagem e avaliar. Segundo o mesmo autor, ensinar é muito mais que transmitir informações, mas sobretudo organizar sequências de atividades que permitam desenvolver novas capacidades de tratamento dessas informações, portanto, é orientar o crescimento do aluno, para adquirir novas capacidades intelectuais.

Na história da educação por diversos momentos o professor teve como tarefa a transmissão do conhecimento, não havia uma perspectiva crítica de ensino, mas isto é fruto do próprio momento histórico, assim como, do “modelo” de aluno que se tinha como também do papel esperado do professor. Hoje diante da fase de desenvolvimento capitalista em que a sociedade se encontra, a mera transmissão do conhecimento não dá conta de atender as demandas do mercado de trabalho, assim como, não forma sujeitos capazes de questionar e compreender a sociedade em que vivem.

Segundo Saviani (2010) O primeiro modelo de ensino implantado no Brasil, veio com os jesuítas, em que o professor (padre) tinha como função o ensino da catequese para que se cumprisse o processo de aculturação da população colonial nas tradições e costumes dos

portugueses colonizadores. Era uma pedagogia pensada e praticada em conformidade com as condições encontradas, do ponto de vista do colonizador, em que era necessário pacificar os povos, para submetê-los aos hábitos dos homens brancos, entre eles, o trabalho. É importante destacar que os povos indígenas tinham seu modo peculiar de ensino, não institucionalizado, mas dava-se na convivência do dia a dia, na transmissão cultural.

Para ensinar nos colégios jesuítas havia um manual composto de 467 regras denominando Ratio Studiorum. As regras foram estabelecidas para todos os cargos, desde o reitor até aos professores. As ideias expressas nele seguiam a pedagogia tradicional.

Essa concepção pedagógica caracteriza-se por uma visão essencialista de homem, isto é, o homem é concebido como constituído por uma essência universal e imutável. À educação cumpre moldar a existência particular e real de cada educando à essência universal e ideal que o define enquanto ser humano. Para a vertente religiosa, tendo sido o homem feito por Deus à sua imagem e semelhança, a essência humana é considerada, pois, criação divina. Em consequência, o homem deve empenhar-se em atingir a perfeição humana na vida natural para fazer por merecer a dádiva da vida sobrenatural. (SAVIANI, 2010, p. 58)

Numa perspectiva de ensino tradicional a realidade já está posta e não é construída historicamente e continuamente pelos homens, assim, cabe ao professor fazer a transmissão do que já se produziu. É uma visão estagnada de mundo e também de sujeitos, não se vê o aluno como ser ativo e que construtor do mundo em que vive, por isso ele é o receptor do que o professor irá passar. As práticas de ensino então, são baseadas na repetição e memorização. Os conteúdos selecionados, baseiam-se nos clássicos, não que isto seja negativo, mas a forma como são compreendidos, como verdades dadas e sem a possibilidades do aluno reconstruir na sua realidade o que aprendia na escola. Bastava ao professor fazer a reprodução dos manuais, que o bom ensino estaria garantido. E ao aluno, realizar os exercícios e esforçar-se para “se encaixar” nos modelos. Não são levados em consideração os aspectos psicológicos e sociais, que são elementos importantes a serem considerados no ensino, mas como já se comentou neste trabalho, isto é fruto do contexto histórico em que se idealizou a concepção.

O ensino proposto pelos jesuítas prevaleceu no Brasil até o ano de 1759, pois com a expulsão dos padres, o ensino passou a ter influência de ideias iluministas passando por muitas reformas, que na colônia encontrou muitas dificuldades, principalmente financeiras, já que não tinha arrecadação suficiente para o financiamento das aulas e vivia num isolamento cultural, pois havia o temor de que o ensino difundisse ideias emancipacionistas. Propunha-se o “desenvolvimento do império português pela difusão de novas ideias de base empirista e utilitarista; pelo ‘derramamento das luzes da razão’ nos mais variados setores da vida

portuguesa” (SAVIANI, 2010, p. 80). Por isso a necessidade de desvincular o ensino do monopólio jesuíta e avançar utilizando novos métodos no ensino. Entretanto, se tratando de método de ensino e da função do professor, o ensino ainda era tradicional e o professor faria a transmissão do conhecimento.

A chegada da família real portuguesa ao Brasil, marcou o ensino com a criação de cursos superiores, mas o ensino primário ainda encontrava muito descaso. A Lei de 15 de outubro de 1827 determinava a criação de “Escolas de Primeiras Letras” e que os professores deveriam ensinar ler, escrever, as operações matemáticas básicas, noções de geometria,, gramática e princípios cristãos. A ideia era a difusão das “luzes” para afastar a ignorância. (SAVIANI, 2010).

Foi só após a proclamação da república, com os ideais de ordem e progresso, que houve efetivamente a expansão do ensino primário público, como campanha nacional. A responsabilidade pela criação e manutenção das escolas mantinha-se para as províncias que foram transformadas em estados. Criaram-se os grupos escolares, partindo de um modelo implementado no estado de São Paulo, onde passaram a ser extintas as classes isoladas, os conteúdos eram organizados de forma gradual e por séries, sendo um professor para trabalhar com um grupo grande de alunos. Eram escolas isoladas que foram reunidas, pois até então essas escolas de primeiras letras, eram regidas por um professor, que ministrava o ensino elementar a alunos em diferentes níveis de aprendizagens. Os grupos escolares passaram a ter um diretor e um grupo de professores, sendo os alunos agrupados por seriação, levando em consideração o grau em que se encontravam implicando gradativa passagem pelas séries. Em relação ao trabalho do professor, o ensino começava dos elementos mais simples para os mais complexos, o aluno era exercitado para a memorização, a autoridade do professor dava-se também com a imposição de castigos ou prêmios, havia necessidade de aprovação para avançar de série, por isso o ensino era um dever, e por fim, o ensino deveria ser intuitivo, ou seja, partir dos sentidos (SAVIANI, 2010).

Mas a pedagogia tradicional tinha como ideal construir uma sociedade democrática, baseada nos princípios da burguesia, pois na nova sociedade republicana o marginalizado era o não esclarecido, a escola seria um antídoto à ignorância. Cabia ao professor expor as lições que os alunos realizavam disciplinarmente. O professor era o centro do ensino, pois numa gradação lógica transmitia o conteúdo aos alunos. Entretanto, este modelo de escola não conseguiu realizar a universalização do ensino, já que nem todos nela ingressaram e os que conseguiam muitas vezes não eram bem sucedidos, e nem todos os bem-sucedidos se ajustavam ao tipo de sociedade que se queria consolidar (SAVIANI, 2009).

Como alternativa as críticas ao modelo de pedagogia tradicional, emerge um movimento de reforma, expresso na chamada Escola Nova, tendo Dewey como um dos principais teóricos do modelo. No entendimento desta concepção, os homens são essencialmente diferentes, cada indivíduo é único, há diferenças no domínio do conhecimento, na participação do saber e no desempenho cognitivo. Deslocou-se a questão pedagógica focada no intelecto e aspecto lógico, para a questão do psicológico e dos sentimentos. O aluno passou a ser o centro do processo de ensino e o destaque não era mais para os conteúdos e sim para os métodos utilizados pelos professores. Valorizou-se a espontaneidade do aluno e seus interesses, e o mais importante não era aprender, mas sim aprender a aprender, lema clássico do escolanovismo. O professor nesta perspectiva, era um estimulador e orientador da aprendizagem, relação esta que deveria ser viva, por meio do trabalho com pequenos grupos de alunos, num ambiente estimulador, dotado de diferentes recursos pedagógicos (SAVIANI, 2009).

Entretanto, as escolas baseadas no modelo descrito, não tiveram grande representação numérica, já que se constituíram em algumas escolas modelos. Em razão até mesmo do investimentos financeiros necessários, não puderam ser implantadas em larga escala no ensino público, pois um ambiente estimulador requer bibliotecas e salas equipadas, ficando as experiências voltadas para as escolas da elite, particulares.

Na tendência tecnicista de ensino, a atenção dava-se para o processo de ensino, e não mais para os alunos ou os professores.

[...] o elemento principal passa a ser a organização racional dos meios, ocupando o professor e o aluno posição secundária, relegados que são à condição de executores de um processo cuja concepção, planejamento, coordenação e controle ficam a cargo de especialistas supostamente habilitados, neutros, objetivos e imparciais. (SAVIANI, 2009, p. 12)

O modelo racional adotado nas indústrias, pensando na separação das etapas de trabalho e no uso de modelos, veio para o ambiente escolar, assim como o uso do termo eficiência. O professor treinaria os alunos para execução de muitas tarefas. Há influência da teoria do behaviorismo de Skinner, que a partir de suas experiências com animais, conclui que o comportamento poderia ser treinado com a inclusão de algum estímulo, assim como a extinção de determinado comportamento, com a retirada do estímulo. Não se nota nem no professor e muito menos no aluno um papel de protagonistas no ensino, já que os processos eram pensados por especialistas, cabendo a ambos a execução das tarefas. Pensando no Brasil, na década de 1970, foram difundidos muitos cursos profissionalizantes técnicos de nível

médio, uma formação aligeirada de mão-de-obra para atender as demandas do setor industrial principalmente.

Em sua obra “Escola e democracia” Saviani (2009) apresenta a pedagogia tradicional, a escola nova e a tecnicista, como teorias não-críticas (já que a educação é compreendida a partir dela mesma, sem levar em consideração o seu contexto mais amplo). Ele também agrupa o sistema de ensino como violência simbólica, da escola como Aparelho Ideológico do Estado e a escola dualista, como teorias críticas-reprodutivistas, tendo em comum a visão de que a educação não pode ser compreendida sem levar em consideração seus condicionantes sociais, mas são reprodutivistas ao compreenderem a educação como reprodutora da sociedade reforçando o modo de produção capitalista. Essas teorias não possuem uma proposta pedagógicas, mas explicam, o funcionamento de como a escola é constituída, com um caráter de marginalização e segregação dos alunos, reproduzindo a dominação e exploração da sociedade capitalista, já que a classe dominante não tem interesse em transformar a escola, mas preservar seu domínio na sociedade. Propor uma pedagogia realmente crítica e que não seja reprodutora, requer pensar numa escola a partir dos interesses da classe dominada.

Entre as propostas críticas temos a pedagogia Histórico-Crítica de Dermeval Saviani, cujos princípios estão na compreensão de que a escola existe para dar acesso ao saber elaborado (ciência), e que o aluno deve aprender a questionar a sociedade em que vive, buscando a superação do capitalismo. Portanto, a classe dominada deve ter acesso ao conhecimento para libertar-se da exploração e dominação. O professor assume papel importante:

de garantir que seus alunos se apropriem dos conteúdos escolares, sendo o responsável neste processo de transmissão do saber sistematizado (na escola) para as classes populares, possibilitando que essas forças emergentes se insiram num processo mais largo na construção de uma nova sociedade efetivamente democrática, mais humanizada e atendendo os interesses das camadas populares. (POSSAMAI, 2014, p. 91)

Sem dúvidas, é importante retomar a questão da relação entre conteúdo, professor e aluno, pois como afirma Saviani (2012, p. 14) “o conteúdo fundamental da escola elementar: ler, escrever, contar, os rudimentos das ciências naturais e das ciências sociais”. Sendo a transmissão dos instrumentos de acesso ao saber elaborada uma das atividades nucleares da escola. E por ser uma atividade tão óbvia que acaba sendo esquecida.

Assim como é necessário reforçar e deixar claro dentro das escolas o que se entende por alfabetização, até mesmo porque as concepções irão implicar em práticas nas salas de aula. É indiscutível a relação entre teoria e prática.

A alfabetização é um tema muito discutido, pois é etapa necessária na vida estudantil de qualquer sujeito, é por meio dela que se amplia a visão de mundo, compreendendo-o melhor e até mesmo, participando mais da sociedade em que se está inserido. Professor e aluno são essenciais para que isso aconteça, só há ensino quando tem alguém disposto a aprender, como um outro sujeito disposto a mediar a relação com o conhecimento.

Segundo Cagliari (2008) a alfabetização é primeiramente aprendizagem da escrita e da leitura. É necessário que a escola, portanto também, os professores compreendam a natureza da escrita, suas funções e usos. Caso não se trate adequadamente essas questões a escola encontrará dificuldades posteriores ao lidar com a leitura. O autor alerta para o problema da incompetência técnica de quem orienta a educação (escolas de formação, secretarias de educação, autores de livros didáticos, etc), mas também ressalva que a formação técnica linguística não basta para se ter automaticamente procedimentos didáticos. Cabe a professor a seleção de métodos e técnicas mais adequados para sua turma. Alfabetizar é um processo que envolve muitos fatores, e o professor precisa ter ciência disto.

[...] quanto mais ciente estiver o professor de como se dá o processo de aquisição de conhecimento, de como a criança se situa em termos de desenvolvimento emocional, de como vem evoluindo o seu processo de interação social, da natureza da realidade linguística envolvida no momento em que está acontecendo a alfabetização, mais condições terá esse professor de encaminhar de forma agradável e produtiva o processo de aprendizagem, sem os sofrimentos habituais. (CAGLIARI, 2008, p. 9)

O mesmo autor ainda destaca que o professor precisa ter um conhecimento mais amplo das relações entre a escola e a sociedade, como por exemplo qual a verba destinada a escola, qual a influência da sociedade na educação, quais os objetivos para a educação, entre outras questões. É inegável o interesse da classe dominante na escola, visto que a invenção da escrita ocorreu há milhares de anos, entretanto a expansão do ensino público no Brasil, como projeto de governo é do início do século XX. Sempre existiu um interesse em limitar o acesso ao saber para as camadas mais populares, pois um povo que não tem muito conhecimento, será também aquele que não questionará e nem reivindicará. Hoje com a maior facilidade do acesso ao ensino, a classe dominada tem aos poucos reivindicado melhores condições de vida. As classes privilegiadas antes tinham o poder do dinheiro e do saber, hoje ainda continuam com o poder do dinheiro, mas lutam para continuarem a controlar o saber. Mas a abertura que se teve em relação a educação não foi pensando no bem dos menos favorecidos, mas um interesse econômico, pois um indivíduo com mais qualificação será um empregado mais

eficiente. Sendo assim, a escola controlada pelos poderosos e não pelo povo (CAGLIARI, 2008).

Por isso a necessidade de uma pedagogia crítica na educação que tenha clareza dos determinantes sociais, de que as contradições na sociedade são marcantes na educação, e que o educador deve posicionar-se perante a isso para dar direção ao um ensino emancipador do homem, buscando a superação dessa organização existente. É preciso insistir que a escola básica é essencial para todos e que a alfabetização também o é (SAVIANI, 2012).

Pensar e lutar pela educação da classe trabalhadora, pois é quem mais sofre com a falta de investimento na escola e por consequência, recebem uma educação mínima. Ainda que haja professores que tentam fazer o ser melhor, com as precárias condições das escolas, há um grande hiato que separa as escolas públicas das privadas, no que se refere a sua estrutura. E os professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental e da Educação Infantil são os menos valorizados.

Mais do que os vários outros tipos de professores, os alfabetizadores precisam de uma formação especial, mais sólida e sofisticada, dada a importância e a complexidade de seu trabalho. E, é claro, uma melhor remuneração. Mas infelizmente o professor alfabetizador recebe, em geral, a pior formação e a pior remuneração, enfrentando, ainda, as piores condições de trabalho (CAGLIARI, 2008, p. 13)

É imprescindível pensar na formação do professor, que seja de qualidade desde a graduação, como também sejam oferecidas oportunidades de formação ao longo de toda a sua carreira, para que se aprimore cada vez e tenha o domínio técnico de como ocorre a alfabetização.

Além de alfabetizar é necessário que ocorra o processo de letramento, ou seja, fazer uso social da escrita e leitura. Segundo Soares (2000, p.42), letramento é: “ condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita. [...] é prazer, é lazer, é ler em diferentes lugares e sob diferentes condições [...] é informar-se através da leitura, é buscar notícias e lazer nos jornais, é interagir”.

O professor alfabetizador tem um grande desafio na atualidade, pois além de ensinar o domínio da leitura e escrita, é preciso fazer com isso se torne uso social, meio pelo qual o aluno interaja com o mundo que o cerca, compreenda o que lê e comunique-se por meio das diferentes formas de linguagem. Há necessidade de que a escola reflita como pode conceber a alfabetização e como pode encaminhar esse processo de forma que além de ser alfabetizado o aluno seja letrado.

O professor alfabetizador além de saber pedagogia, metodologia, psicologia, precisa ter conhecimentos sólidos de linguística e dos sistemas de escrita, que aliados aos demais conhecimentos podem fazer dele um profissional que sabe o que faz e porque o faz de determinado jeito e não de outro. O Brasil ainda tem um número elevado de analfabetos e mais ainda de pessoas mal alfabetizadas (CAGLIARI, 2009). Mas só métodos e formação não são garantia de alfabetização, é necessário levar em consideração as condições materiais das escolas e também dos alunos. Já que estudantes de classe mais favorecidas terão mais acesso a diferentes tipos de leitura e mesmo de conhecimentos fora do ambiente escolar. Assim pensar numa alfabetização de qualidade para as classes menos favorecidas é tarefa necessária. Não cabe isso somente ao professor, mas é importante que ele leve isso em consideração ao elaborar suas aulas, para que seus alunos tenham acesso a diferentes saberes, pois muitas vezes a escola será um dos únicos meios de acesso ao saber elaborado. Fazer com que sua sala de aula seja realmente um ambiente que alfabetize e não reforce a exclusão, marginalizando de quem mais necessita.

O professor precisa ser muito mais que mediador da aprendizagem, já que não basta aplicar métodos e técnicas para se ensinar. A palavra-chave é o conhecimento, conhecer o que ensinar, de que forma se faz, como o aluno aprende e quem é esse aluno que irá ser ensinado, principalmente saber o grau de experiência desse aluno com a leitura e a escrita. É preciso ter cuidado com alguns equívocos do construtivismo, principalmente em relação a deixar o aluno aprender por si mesmo, é preciso intervir dizendo como as coisas são e funcionam, ajudando o aluno a avançar e não ficar como um mero espectador esperando que o aluno desperte, propondo atividades significativas e ensinando a resolver as dificuldades. Por isso o professor precisa ter conhecimentos claros, seguros e completos sobre o processo de alfabetização, [...] “somente professores competentes são capazes de conduzir com tranquilidade e segurança o progresso de quem avança sozinho e de quem necessita de uma ajuda especial. Explicações técnicas não assustam as crianças” (CAGLIARI, 1999, p. 225).

O professor alfabetizador precisa assim estar em constante formação, já que a tarefa de alfabetizar e conseqüentemente letrar, é muito mais complexa do que aparenta. Não basta aplicar métodos, sem levar em consideração as aprendizagens que os alunos já tiveram, assim como é preciso um cuidado primordial com a consideração do professor como mediador. “Ser mediador deve significar, antes de mais nada, estar entre o conhecimento e o aprendiz e estabelecer um canal de comunicação entre esses dois pontos” (CAGLIARI, 1999, p. 225).

O professor precisa ser capaz de refletir a respeito das orientações que são a alfabetização na educação brasileira, posicionando-se e atuando criticamente. Ser portanto avaliador de todas as demandas que muitas vezes lhe são impostas.

Portanto, além de uma pedagogia crítica enquanto teoria dentro da escola, o professor precisa ter um posicionamento e atitude crítica, pois é na sala de aula no contato direto com os alunos que o professor pode fazer a diferença, trabalhando dia a dia para que todos aprendam independentemente dos conhecimentos que já trazem, mas propiciando oportunidades a todos de aprendizagem.

E não podemos nos esquecer da escola como espaço de transformação social, não é o único meio, mas é lá que as classes menos favorecidas terão acesso ao conhecimento acumulado pela humanidade. O povo precisa saber refletir e compreender o mundo que o cerca, para que possa fazer suas reivindicações.

Conclusões

Refletir sobre as tendências que influenciaram o ensino ainda é necessário, pois como afirma Saviani (2007) muitas teorias estão sendo retomadas, mas no seu tempo forma solidificadas com base no que a ciência produziu, na atualidade, em meio a descrença o conhecimento científico vem tendo, o que direcionado as políticas e orientações para ensino é o mercado de trabalho, cujo interesse maior é formar a mão-de-obra.

Um dos maiores desafios é assim, alfabetizar, mas numa perspectiva crítica, em que alunos tenham consciência do mundo em que vivem e das contradições nele existentes, e que o professor além de sua competência técnica, saiba avaliar as orientações que recebe e tenha também uma postura crítica, não só dentro da sala de aula, mas que assuma isto como postura diante da vida. O mundo está baseado nas relações capitalista, é preciso que a escola reflita a respeito e busque alternativas dentro um sistema que busca impedir a criticidade dos cidadãos, pois para que o capital continue a existir ele precisa ser inquestionável, como afirma Mészáros (2008).

Referências

CAGLIARI, Luiz Carlos. A mediação do professor na alfabetização. IN: CAGLIARI, Gladis Massini. **Diante das letras**: a escrita na alfabetização. Campinas: Mercado das letras, 1999.

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização e Linguística**. São Paulo: Editora Scipione, 2008.

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetizando sem o bá-bé-bi-bo-bu**. 2.ed. São Paulo: Scipione, 2009.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

POSSAMAI, Clarivia Fontana. **A função social da escola, o papel do professor e a relevância do conhecimento científico na pedagogia histórico-crítica**. 2014, 110f. (Mestrado em Educação)- Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2014.

SAINT-ONGE, Michael. **O ensino na escola: como é e como se faz**. São Paulo: Loyola, 2001.

SAVIANI, Demerval. **História das ideias pedagógica**. 3.ed.rev. Campinas: Autores Associados, 2010.

SAVIANI, Demerval. **Escola e democracia**.41.ed. Campinas: Autores Associados, 2009.

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. Campinas: Autores Associados, 2012.

SAVIANI, Demerval. **O pensamento pedagógico brasileiro: da aspiração à ciência à ciência sob suspeição**. Educação e Filosofia, v.21, n.42, p. 13-35, 2007

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.